

Exerce Funções: Comissão Aplicação Coimas Matéria Económica como Escrivão-Adjunto em Requisição
 Número de ordem: 788 /06 Antiguidade: 11 anos 10 meses 25 dias
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: Santiago Do Cacem Secção Central
 Obs: Nota = 16.000 — Cessa requisição
 Número: 27686 Francisco João Coelho Dos Santos
 Categoria: Escrivão-Adjunto
 Tribunal: Funchal Vara Mista
 Número de ordem: 833 /06 Antiguidade: 11 anos 3 meses 25 dias
 Classificação serviço: Bom com Distinção
 Provimento: Promoção
 Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: Funchal Administrativo Fiscal Secção Processos
 Obs: Nota = 16.000 — Artigo 40.º b)
 Número: 29982 António Da Silva Barroca
 Categoria: Técnico Justiça-Adjunto
 Tribunal: Viseu Ministério Público
 Número de ordem: 447 /06 Antiguidade: 9 anos 3 meses 13 dias
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: Santa Comba Dao 1 Juízo 1.ª Secção
 Obs: Nota = 16.000
 Número: 23645 Maria De Fátima Soares Rodrigues
 Categoria: Escrivão-Adjunto
 Tribunal: Ponta Delgada
 Número de ordem: 327 /06 Antiguidade: 16 anos 10 meses 20 dias
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: Ponta Delgada 4 Juízo 1.ª Secção
 Obs: Nota = 15.750 — Artigo 40.º b)
 Número: 40480 José Carlos Ribeiro Parente
 Categoria: Escrivão-Adjunto
 Tribunal: Povoia De Varzim
 Número de ordem: 1774 /06 Antiguidade: 7 anos 0 meses 27 dias
 Classificação serviço: Bom com Distinção
 Provimento: Promoção
 Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: Ponta Do Sol 1 Juízo 1.ª Secção
 Obs: Nota = 15.500 — Artigo 40.º b)
 Número: 27042 Carlos Manuel De Oliveira Pignatelli Pestana Boavida
 Categoria: Técnico Justiça-Adjunto
 Tribunal: Vouzela Ministério Público Unidade Apoio
 Número de ordem: 445 /06 Antiguidade: 9 anos 4 meses 0 dias
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: São Roque Do Pico 1 Juízo 1.ª Secção
 Obs: Nota = 15.000 — Artigo 40.º b)
 Número: 34804 Mário Simões Lourenço
 Categoria: Escrivão-Adjunto
 Tribunal: Viseu
 Número de ordem: 1020 /06 Antiguidade: 9 anos 11 meses 23 dias
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: Horta 1 Juízo 1.ª Secção
 Obs: Nota = 14.750 — Artigo 40.º b)
 Número: 24536 Maria Carolina Da Silva Carvalho
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Alcobaça Ministério Público 1.ª Secção
 Número de ordem: 31 /06 Antiguidade: 14 anos 1 meses 9 dias
 Classificação serviço: Bom com Distinção
 Provimento: Transferência
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Leiria Ministério Público 1.ª Secção
 Número: 20252 Ana Maria Do Nascimento Alvito Rosa
 Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: Portimão 2 Juízo Competência Especializada Criminal 1.ª secção
 Número de ordem: 712 /06 Antiguidade: 4 anos 9 meses 8 dias
 Classificação serviço: Bom com Distinção
 Provimento: Transição
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Portimão Ministério Público 1.ª Secção
 Número: 27859 Maria João Fortes Lima Fiúza Da Rocha Giesta

Categoria: Escrivão Direito
 Tribunal: Porto Cível 3 Juízo 3 Secção
 Número de ordem: 935 /06 Antiguidade: 1 anos 10 meses 24 dias
 Classificação serviço: S/C
 Provimento: Transição
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Porto Varas Cíveis/Juízos Cíveis /Pequena Instância Cível
 Ministério Público — 1.ª Secção
 Número: 26525 Maria Rosaria Alves Severino Gomes Zacarias
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Cartaxo Ministério Público 1.ª Secção
 Número de ordem: S/N Antiguidade:
 Classificação serviço: S/C
 Provimento: Transferência
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Lisboa Instrução Criminal M.P./DIAP(10)Secção
 Número: 27379 Fernando Soares Azevedo
 Categoria: Técnico Justiça-Adjunto
 Tribunal: Guimarães Ministério Público
 Número de ordem: 260 /06 Antiguidade: 15 anos 3 meses 24 dias
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Porto Família Menores Ministério Público 1.ª Secção
 Obs: Nota = 17. 750
 Número: 31664 Serafim Fernando Gouveia Cardoso
 Categoria: Técnico Justiça-Adjunto
 Tribunal: Tribunal Não Atribuído
 Exerce Funções: Região Administrativa Especial Macau (Raem) como Técnico Justiça-Adjunto em Colocação
 Número de ordem: 289 /06 Antiguidade: 14 anos 2 meses 7 dias
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Viseu Ministério Público 1.ª Secção
 Obs: Nota = 17. 250 — mantém prestação de serviço — Com declaração de vacatura de lugar
 Número: 32521 Rui Manuel Costa Vasco
 Categoria: Técnico Justiça-Adjunto
 Tribunal: Montemor-o-Velho Ministério Público Unidade Apoio
 Número de ordem: 343 /06 Antiguidade: 13 anos 0 meses 1 dia
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Viseu Ministério Público 1.ª Secção
 Obs: Nota = 17. 000
 Número: 36229 Maria Paula Miranda Gomes
 Categoria: Escrivão Adjunto
 Tribunal: Olhão
 Número de ordem: 971 /06 Antiguidade: 10 anos 3 meses 29 dias
 Classificação serviço: Muito Bom
 Provimento: Promoção
 Categoria: Técnico Justiça Principal
 Tribunal: Loulé Ministério Público 2.ª Secção
 Obs: Nota = 16.500 — Artigo 40.º b)

Prazo para aceitação:

2 dias (quando a nomeação ocorra na mesma comarca ou comarca limítrofe);

5 dias (quando a nomeação se efectue para as restantes comarcas, com excepção das que impliquem deslocações das regiões autónomas e ainda quando se trate de nomeação após licença sem vencimento de longa duração/ilimitada);

15 dias (quando a nomeação implique deslocações das regiões autónomas para o continente ou do continente para as regiões autónomas ou mudança de região autónoma);

Todas as nomeações estão isentas de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

4 de Junho de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção de Serviços de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 16429/2008

Por meu despacho de 03.06.2008, por subdelegação, foi convertida em definitiva, nos termos do artigo 44.º n.º 1, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei 343/99,

de 26 de Agosto, a seguinte nomeação interina efectuada ao abrigo do artigo 43.º do mesmo dispositivo legal:

Maria Emília da Silva Ruivo Nobre, Escrivã-Adjunta sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivã de Direito, no 2.º Juízo, 2.ª Secção, do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

5 de Junho de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral da Política de Justiça

Despacho n.º 16430/2008

I — Por aviso n.º 7008/2008 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, parte L, de 7 de Março de 2008, publicitado no jornal “Correio da Manhã”, de 14 de Março de 2008, e divulgado na Bolsa de Emprego Público, em 14 de Março de 2008, foi aberto procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Subdirector do Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta de nomeação fundamentada do correspondente júri, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Subdirector do Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, o Licenciado José Alberto Rodrigues da Silva Andrade, com fundamento na aplicação dos métodos de selecção e respectivos critérios, definidos na Acta n.º 1, e nos resultados nestes obtidos pelo referido candidato e demonstrados pelas Actas n.ºs 2, 3, 4 e 5 do presente procedimento.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento de funcionamento da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça para 2008, produz efeitos a partir do dia 9 de Junho de 2008.

IV — De acordo com o disposto no n.º 10, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se a nota relativa ao curriculum académico e profissional do nomeado.

27 de Maio de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Nota curricular

José Alberto Rodrigues da Silva Andrade

Licenciado em Relações Internacionais e técnico superior principal do quadro do Gabinete para as Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça, iniciou funções na Administração Pública em Fevereiro de 1976, no Ministério do Trabalho.

Na área da Cooperação integrou o Gabinete de Cooperação com África do Ministério do Emprego e Segurança Social, entre Novembro

de 1988 e Dezembro de 1991, tendo, em Janeiro de 1992, após concurso público, iniciado funções na Direcção-Geral de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros. De Março de 1994 a Outubro de 1995, desempenhou funções no Instituto para a Cooperação Portuguesa (actual IPAD).

Entre Novembro de 1995 e Outubro de 1999, exerceu funções como Assessor para a Cooperação, em regime de requisição, no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça e, entre Outubro de 1999 e Março de 2001, no Gabinete do Ministro da Justiça, na área da Cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

De 1 de Abril de 2001 até Junho 2007, desempenhou as funções de Director de Serviços do Núcleo de Cooperação do GRIEC — Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, com a responsabilidade de elaborar, negociar e coordenar as actividades de cooperação bilateral e multilateral no âmbito do Ministério da Justiça, promovendo o desenvolvimento e a execução dos diversos programas, projectos e acções de cooperação com os cinco PALOP e com Timor Leste em articulação com os diversos departamentos e serviços do Ministério da Justiça e a coordenação do desenvolvimento das acções com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento/Ministério dos Negócios Estrangeiros e com os Ministérios da Justiça Lusófonos.

De Junho de 2007 até à presente data, desempenhou funções de Subdirector do Gabinete de Relações Internacionais da DGPI, em regime de substituição.

Exerce, igualmente, as funções de Correspondente do Ministério da Justiça português junto do Secretariado Permanente da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa e, também, de Secretário-Geral Adjunto da mesma Conferência.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Instituto da Conservação da Natureza, I. P.

Despacho (extracto) n.º 16431/2008

Por despacho de 20 de Maio de 2008, do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., mediante a emissão de parecer prévio da Secretária Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, nos termos do Decreto Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, são reclassificados e integrados em lugares vagos no quadro do ex-Instituto da Conservação da Natureza, na carreira técnica superior, e correspondente categoria, com efeitos a partir da data da publicação do presente despacho, os docentes constantes no mapa anexo:

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

5 de Junho de 2008. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*

Reclassificação profissional Decreto-Lei n.º 314/2007 de 17/09

Integração no quadro do EX-ICN

Nome	Categoria actual	Carreira profissional	categoria
Anabela Cardoso Resende	Professor	Técnica Sup	Ass Princ
Fernando António Nunes Corrêa Bacellar	Professor	Técnica Sup	Assessor
Lia Constante Crespo Firmino Morais Mergulhão	Professor	Técnica Sup	Téc Sup Princ
Maria de Jesus Silva Fernandes	Professor	Técnica Sup	Ass Princ
Paula Cristina Chaves Duarte	Professor	Técnica Sup	Téc Sup Princ

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Despacho n.º 16432/2008

Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 136/2007 de 27 de Abril, conjugado com os artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e do estabelecido no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências

próprias, delego nas Direcções dos Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas:

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Norte — Prof. Doutor Henrique Miguel Leite de Freitas Pereira

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas das Zonas Húmidas — Mestre Maria João Burnay de Lancastre Lourenço

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo — Licenciado Armando Jorge Ferrão de Carvalho

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Litoral de Lisboa e Oeste — Licenciada Teresa Nunes dos Santos Castel-Branco da Silveira